

## DESTERRITORIALIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO ENTRE ATORES LOCAIS: O CASO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL DE SEROPÉDICA-RJ<sup>1</sup>

Márcio de Albuquerque Vianna

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

marcioviannamat@ufrj.br

Lamounier Erthal Villela

UFRRJ

lamounier.ertal@gmail.com

Marcelo de Oliveira Vidal

UFRRJ

celovidal@hotmail.com

### Introdução

O acelerado processo de urbanização das cidades rurais próximas a grandes centros urbanos vem enfraquecendo e empobrecendo a agricultura familiar, o que pode comprometer a identidade, a segurança alimentar dessas localidades e resultar no êxodo rural. O presente artigo visa discutir a agricultura familiar com um olhar diferenciado no que tange às questões sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais para que haja resistência às seduções e capturas do modo de vida das grandes cidades.

Historicamente a cidade de Seropédica que até meados do século XX tinha a atividade rural como sua principal característica socioeconômica, sofreu profundas transformações no seu cenário histórico observada em três momentos marcantes. A primeira transformação ocorreu com a instalação da UFRRJ na década de quarenta às margens da rodovia BR-465 que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo. Momento este em que a cidade se organizou logisticamente para abrigar os alunos oriundos de diversas regiões do país. O segundo momento foi relativo à integração da cidade de Seropédica à Região do Grande Rio,

---

<sup>1</sup>Esse ensaio é um recorte de pesquisa de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), bem como é fruto das reflexões do Laboratório de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da UFRRJ, sobretudo, como parte do desenvolvimento do projeto *A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável* em parceria com o CNPq como apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

que aproveitou a infraestrutura já existente de “cidade dormitório” para abrigar trabalhadores na notável expansão e desenvolvimento industrial na Microrregião de Itaguaí.

É no terceiro período que são observadas significativas transformações políticas, sociais, culturais e econômicas quando a cidade passou a atrair empreendimentos que influenciam negativamente as atividades rurais. Assim, a agricultura familiar sofre retrações, pois as atividades agropecuárias não oferecem um notável rendimento e não contribuem significativamente para o PIB (Produto Interno Bruto) do município. Há ainda uma forte especulação imobiliária em áreas antes agrícolas e agora residenciais e/ou industriais. Também os rendimentos auferidos na construção civil e em outras atividades produtivas levam os agricultores a migrarem de trabalho acelerando o êxodo rural, fato que contribui para um processo de desterritorialização, problemas de segurança alimentar e perda de identidade rural local. Trata-se de um crescimento econômico exógeno que exclui a participação da população local, sobretudo, dos que atuam nas atividades rurais.

O objetivo delineado neste artigo é trazer à tona o processo de desterritorialização em função dessas transformações no qual a agricultura familiar vem sendo abandonada na cidade. Por outro lado, reconhecer os *campos de poder* construídos na perspectiva das suas lideranças quando organizados em rede, pela participação dos atores (CONSEA) e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) da cidade. Esse objetivo central se faz necessário devido à necessidade de se compreender como ocorre a *ação comunicativa* na participação individual e por redes de agricultores familiares com os poderes públicos locais e instituições de ensino e pesquisa da região sobretudo a UFRRJ e a EMBRAPA Agrobiologia acerca das políticas para o fortalecimento e resgate da atividade, bem como as parcerias com os projetos de pesquisa e extensão.

### **Aspectos teóricos do estudo**

As reflexões que são construídas e apresentadas nesta pesquisa requerem um enfoque na participação da sociedade civil composta pelos seus diversos atores à luz da Gestão Social (Tenório, 2012; Villela e Pinto, 2009; Abramovay, 2010), ao abordar questões como o conceito de cidadania deliberativa, emancipação e campos de poder construídos e institucionalizados nos fóruns locais. O fortalecimento de políticas públicas preocupadas em colocar a questão social dessas famílias como “fim” enquanto as questões econômicas seriam “os meios” para a sua manutenção, catalisa esforços para a criação de estruturas de governança e de participação, onde, na ótica da Gestão Social, “ênfatisa o papel dos cidadãos

– individuais ou organizados em formas associativas – no processo político, partindo da identificação dos problemas, à formulação, instituição e avaliação dos resultados” (Tenório, 2007, p.19).

Os aspectos filosóficos que embasam essa perspectivatêm utilizado as concepções da Teoria Crítica e do pensamento crítico brasileiro (Freire, 1987) ao discutir sobre a dialogicidade no processo, assim como os princípios republicanos básicos da razão no sentido de abordar conceitos como a racionalidade comunicativa (Habermas, 1987) e a racionalidade substantiva (Guerreiro ramos, 1981) em oposição à racionalidade instrumental.

A multifuncionalidade desempenhada pela agricultura familiar (Bonnal e Maluf, 2007) em suas quatro funções, percebe no desenvolvimento territorial uma estratégia para a permanência das famílias no meio rural, quando os atores sociais envolvidos pelos interesses comuns colocam em ação as práticas que valorizem a unidade familiar, que hoje é considerada como uma unidade complexa de produção e gestora do território.

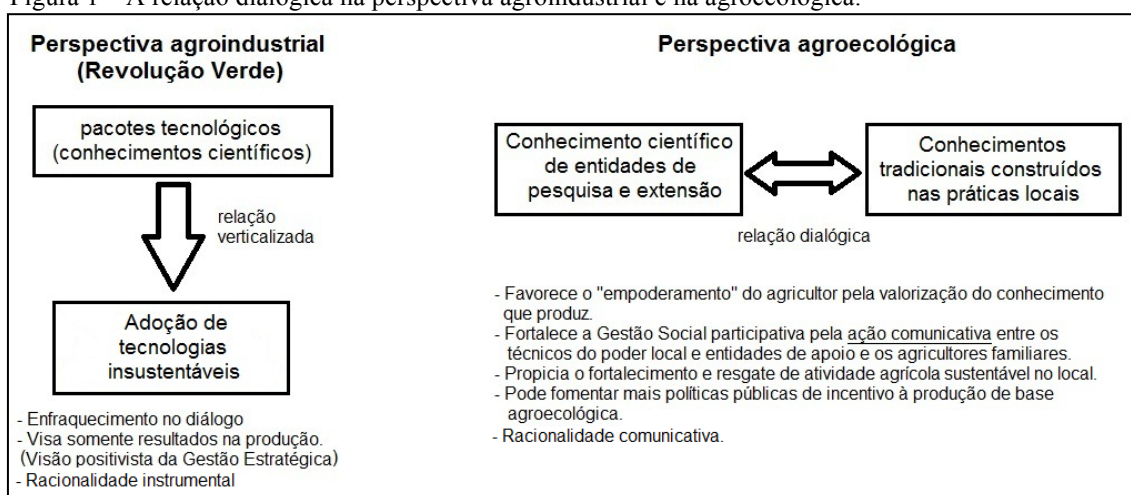
Outro aspecto importante para o desenvolvimento territorial é o reconhecimento e o fortalecimento de APLs (Aglomerações Produtivas Locais) e de redes locais, a fim de reconhecer se há, na estrutura de governança dos grupos de produtores, relações de interdependência entre os atores sociais locais e, mais ainda, algum processo de aprendizado e inovação. Com essa perspectiva será possível perceber se há certa *especialização* na agricultura de Seropédica, bem como as ligações tangíveis (econômicas, materiais) e intangíveis, como por exemplo: (a) a cooperação, compartilhamento de atividades e recursos (Fleury e Ouverney, 2007), o conhecimento compartilhado com suas artes ou técnicas; (b) a difusão e a troca de conhecimentos técnicos e organizacionais; (c) a necessidade de saber qual o *capital social e cultural* presentes no local; (d) como os atores sociais se relacionam (agricultores, secretaria de agricultura, comércio, extensionistas, etc.) e (e) discutir o caráter cognitivo em contraste com o normativo (Abramovay, 2007).

Para a permanência das populações rurais, a agroecologia vem contribuir para as discussões acerca dos problemas sociais relativos à exclusão no campo, ou seja, à pobreza gerada nas comunidades que não tiveram acesso ao processo de modernização no meio rural pelo uso dos “pacotes tecnológicos” difundidos pela Revolução Verde (Figura 1). Portanto, em uma perspectiva mais ampla, a agroecologia ultrapassa a técnica buscando um direcionamento social, econômico e político. Nesse sentido, essa ciência procura associar o conhecimento tradicional (Assis, 2006) construído localmente pelos trabalhadores que lidam com a terra, com os conhecimentos científicos acumulados pelas pesquisas realizadas na área,

respeitando a diversidade de experiências próprias do “saber fazer” das comunidades estudadas (Feiden, 2005), no sentido de resgatar a auto-estima dos produtores, ao legitimar e validar as suas práticas de forma dialógica pela “ação comunicativa” (Figura 3), diferentemente do modelo de desenvolvimento proposto pelo agronegócio. Esta última possibilidade pode se configurar quando da sua valorização por ações interativas entre extensionistas e produtores na busca por uma racionalidade substantiva no “reconhecimento de que o outro existe” (Fleury e Ouverney, 2007).

Para esse estudo considera-se que o desenvolvimento de práticas agrícolas baseadas em princípios agroecológicos represente uma possível e potencial estratégia de sobrevivência para as populações rurais contribuindo para a sustentabilidade ambiental, cultural e sociopolítica dessas comunidades (Lteif et AL., 2011).

Figura 1 – A relação dialógica na perspectiva agroindustrial e na agroecológica.



Fonte: diagrama produzido pelos autores.

Sendo assim, a perspectiva do Desenvolvimento Territorial Sustentável em contraste com a idéia de crescimento econômico, busca promover a inclusão das atividades

agrícolas das unidades familiares no planejamento e nas agendas das políticas públicas locais (Abramovay, 2007; Haesbaert, 2012) onde ocorrem essas mudanças na identidade rural.

### **O panorama da agricultura familiar em Seropédica**

Por muitos anos a agricultura familiar foi tratada como mera fonte de subsistência (Costa e Marinho, 2008), desconsiderando o caráter profissional e os fatores socioculturais desse modo de produção. Entretanto, segundo o censo agropecuário (IBGE, 2007), a agricultura familiar equivale a 79% em relação a todo o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários no Brasil. No Estado do Rio de Janeiro é em torno de 67%.

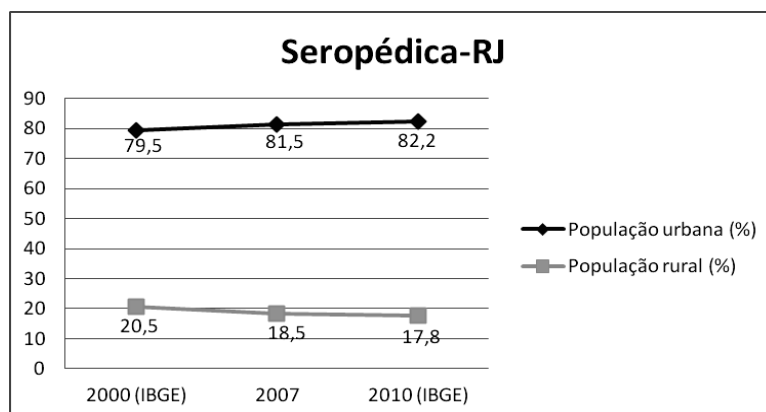
Ao discutir sobre as questões globais e locais, Stuart Hall (2006, p. 77) salienta que

há, juntamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia da criação de “nichos” de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e o “local”.

Nesse sentido, faz-se necessária a discussão acerca do impacto das ações globais no município de Seropédica-RJ, visto que trata-se de uma cidade com historicidade de práticas rurais, mas que ao longo dos anos vem sofrendo um processo de “desruralização” (Moreira, 2003; Perico, 2009), embora abrigue em seu território a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) desde 1948, a qual vem contribuindo para os estudos e ações no local.

O município de Seropédica localizado na Microrregião de Itaguaí, na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, ocupando uma área de 283,79 km<sup>2</sup>, emancipada desde 1995, apresenta segundo dados do censo realizado em 2010 pelo IBGE, uma população rural de 17,8% contra 82,2% de população urbana (Figura 2). Embora haja um significativo aumento populacional da Cidade de Seropédica ao longo de 10 anos, percebe-se um processo de “desruralização” da população pelas estatísticas, pois no penúltimo censo (ano de 2000), o percentual de moradores da área rural era de 20,5 % da população total, sofrendo um declínio para 17,8%, como demonstra o gráfico da Figura 2.

Figura 2 - Gráfico comparativo entre a população urbana e rural de Seropédica-RJ



Fonte: Gráfico construído pelos autores com base nos dados dos censos de 2000 e 2010 (IBGE) e pelo censo municipal de Seropédica (2007).

Com esses dados percebe-se que as configurações rural-urbanas na cidade estão sendo impactadas pelos investimentos industriais na região<sup>2</sup>, sobretudo acerca da diminuição da quantidade de moradores no meio rural, conforme indica ao gráfico da figura 2. Um dos aspectos resultantes desse impacto é a possível diluição da mão de obra no campo atraída pela oferta de empregos pelos empreendimentos de grande porte que podem estar comprometendo a atividade desempenhada pela agricultura familiar no município. Embora seja observado esse cenário de impactação, segundo os dados do IBGE (2006) da cidade de Seropédica-RJ, percebe-se uma significativa representação dos estabelecimentos familiares de produção agrícola (tabela 1) em contraste com os estabelecimentos não familiares, embora a área utilizada seja significativamente menor.

Tabela 1. Número de estabelecimentos agrícolas em Seropédica.

	Agricultura familiar Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Seropédica	318	1647	103	8229

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

### Conhecendo melhor duas aglomerações produtivas de Seropédica

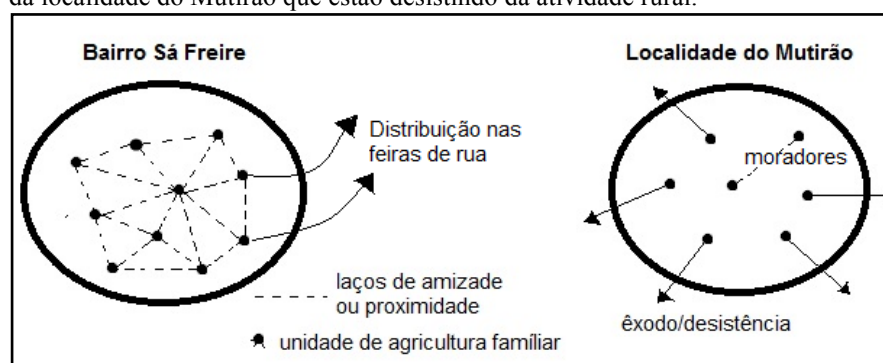
O ponto de partida para esse estudo foi conhecer duas *aglomerações produtivas locais* (APL) acerca das suas estruturas de governança, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com um agricultor de cada uma delas para a obtenção de um “panorama” da realidade do município de Seropédica: (1) bananicultores do Bairro Sá Freire e (2)

<sup>2</sup>Diversas indústrias vêm se instalando no município de Seropédica observado, principalmente, pela recente construção da rodovia BR 493 no ano de 2014 - Arco Metropolitano, que liga o Porto de Itaguaí às demais localidades do Norte Fluminense, melhorando a logística do escoamento industrial de exportação e importação.

agricultores da Associação SerOrgânico. Com o reconhecimento dessas comunidades investigadas até então, percebe-se a importância da criação de associações para que haja uma maior participação cidadã e uma provável gestão social na ação comunicativa com o poder local, como ainda que sutilmente exercida pelos produtores da Associação SerOrgânico no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Apesar dos bananicultores do Bairro Sá-Freire (Figura 3) possuírem uma determinada consolidação nas relações comerciais com as feiras livres de rua das cidades da Baixada Fluminense, por outro lado, com relação às políticas públicas do município, sentem-se excluídos, pois consideram que não são reconhecidos como de extrativistas, portanto não exercem papel participativo e deliberativo nas decisões políticas locais.

Com isso, observa-se grande fragilidade na atividade agrícola no local quando não há uma proposta de cooperação, governança e gestão social no uso do território. No caso dos bananicultores, as futuras gerações podem não resistir à “sedução” da venda da propriedade em virtude da crescente especulação imobiliária difundida pelo avanço industrial e comercial na região, abertura da rodovia denominada Arco Metropolitano etc. Com isso, a permanência da prática agrícola acerca da preservação dos costumes e da identidade do local perde rapidamente espaço para as novas atividades em implantação no local. Assim sendo torna-se necessário uma ação cidadã de resgate, resistência e fortalecimento dos grupos de produtores nas políticas públicas em escala local e regional.

Figura 3 – Estrutura da comunidade de produtores de banana do Bairro Sá Freire e da localidade do Mutirão que estão desistindo da atividade rural.

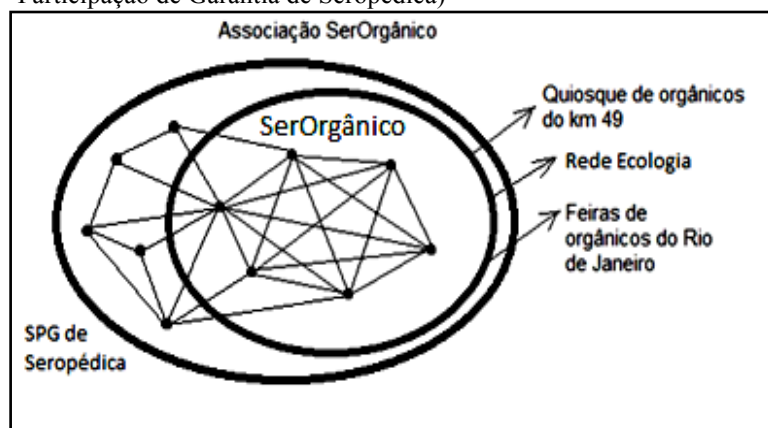


Fonte: diagrama desenhado pelos autores.

Por outro lado, percebe-se uma tendência de resistência de grupos de famílias por meio da produção de alimentos orgânicos com o apoio de pesquisas e projetos de extensão com base nos princípios da agroecologia. A busca por essa racionalidade substantiva viabiliza a sua reprodução socioeconômica por intermédio da criação de redes produtivas e

colaborativas. A viabilidade socio-técnica econômica no processo de distribuição para feiras de produtos orgânicos da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A partir de 2009, os produtores agroecológicos dos assentamentos Sol da Manhã e Eldorado, nas áreas rurais de Santa Alice e Coletivo passaram a se organizar em rede sob o nome *SerOrgânico*. São aproximadamente 9 produtores, que escoam sua produção para uma rede que compra semanalmente os produtos e para as feiras de orgânicos nas cidade do Rio de Janeiro. Os produtores do SerOrgânico iniciaram o Sistema Participativo de Garantia (SPG) a partir de 2010, buscando adaptar-se à conformidade necessária para receber o selo de produtor orgânico que conta com o apoio da ABIO<sup>3</sup> (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro).

Figura 3 –Estrutura da associação SerOrgânico e da SPG (Sistema de Participação de Garantia de Seropédica)



Fonte: diagrama desenhado pelos autores.

A participação do SerOrgânico nas políticas públicas na escala do poder local é a que oferece relações mais fortes, por ter a representação de uma agricultora do grupo nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, na tentativa de manter uma *relação dialógica* com a prefeitura de Seropédica. Durante uma pesquisa de campo um dos entrevistados expõe ainda a grande dificuldade do agricultor em participar dessas reuniões com a prefeitura, por ter que se dedicar ao trabalho no campo e o transporte para as feiras, não sobrando tempo para uma ação mais efetiva, conforme é discutido por Abramovay (2001, p.127). Embora haja uma participação dessa agricultora no conselho, explica que já houve uma inserção de ações da prefeitura junto aos agricultores no ano de 2011 onde ofereceram um trator – que atualmente encontra-se defeituoso – para arar a terra, e material para a construção de cisternas para a captação de água da chuva em parceria com a

<sup>3</sup>A ABIO certifica os produtores com o selo de produto orgânico, que conta com aproximadamente 230 produtores associados desde 1986.



EMBRAPA<sup>4</sup>, mas que, depois disso, não houve mais nenhum apoio. Ainda na escala local, percebe que ocorre dificuldade no acesso a programas amparados por leis nacionais que priorizam parte dos recursos da compra da **alimentação escolar do município**.

Com a estrutura de rede formada pelo grupo SerOrgânico ao fortalecer os laços e viabilizar a produção cria-se um campo de força local que contribui na inclusão social destes agricultores nas transformações em andamento na região.

### **Articulações discutidas nos conselhos municipais no ano de 2014**

Verificou-se articulações discutidas as reuniões do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) da cidade pelos seus representantes nas observações da pesquisa de campo. Uma das questões dessa aproximação é perceber se “a composição e a atuação dos conselhos de desenvolvimento são capazes de oferecer oportunidades de inovação organizacional que estimule o empreendedorismo privado, público e associativo em suas regiões” (Abramovay, 2010, p.29) dentro da abordagem territorial, no sentido de buscar uma institucionalização de *campos de poder* pelas articulações entre o poder público e os agricultores.

O conselho de Segurança Alimentar do município tem contado com a participação de representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio da cidade, com nutricionistas da Secretaria de Educação, com membros da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Assistência Social, agricultores, representantes da Pesagro-Rio, da UFRRJ e representantes da sociedade civil. Há frequentemente a intersecção de alguns desses atores que atuam inclusive no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da cidade, como os agricultores, representantes da Secretaria de Ambiente e Agronegócio (SEMAMA), representantes da Associação SerOrgânico, da Associação de Produtores Sol da Manhã, da Associação de Agricultores Familiares das Glebas Coletivo e Santa Alice (AACSA), entre outros representantes que não participam de ambos os conselhos como a Emater-Rio e a EMBRAPA.

Um grande problema observado nas últimas reuniões desses conselhos é a grande alternância na frequência, bem como a baixa participação das lideranças dos agricultores nas discussões propostas para o desenvolvimento rural na cidade. A pouca participação pode estar relacionada ao despreparo ou pela pouca informação sobre a importância da

---

<sup>4</sup> EMBRAPA-Agrobiologia – Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária sediada em Seropédica que se dedica a pesquisa e apoio aos produtores que atuam dentro dos princípios da agroecologia.

representatividade dessas lideranças nas reuniões acerca dos seus interesses, sobretudo para a destinação e uso dos recursos públicos (Abramovay, 2001) que o município recebe do Governo Federal.

No Brasil a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, em sua maioria, é muito recente e esteve relacionado à utilização dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelos municípios em sua “linha” de infraestrutura e serviços (ABRAMOVAY, 2001, p. 121) que teve início em 1997. Mas para o acesso a esses recursos e envolvimento em programas como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é necessário que o produtor familiar obtenha pela Emater-Rio<sup>5</sup> o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), com requisito necessário para essa certificação.

Algumas articulações já estão sendo percebidas nas discussões e participações dos agricultores nas reuniões dos conselhos municipais. A mais recorrente e significativa das atuais discussões trata da necessidade da inclusão das famílias de agricultores da cidade no programa de alimentação escolar da cidade administrado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE), que é uma questão prioritária na agenda discussões dos dois conselhos, na tentativa facilitar a participação dos agricultores do município para o fornecimento dos alimentos para as escolas municipais.

A primeira iniciativa desse processo foi a criação de uma comissão formada agricultores locais e nutricionistas da SMECE de Seropédica no sentido de ajustar o cardápio da merenda escolar com os produtos que sejam possíveis para o cultivo em Seropédica – como inhame, aipim, banana, abóbora, beterraba, etc. – com compra e produção programadas, sobretudo pela aquisição de alimentos orgânicos que, por lei, pode agregar um valor de até trinta por cento a mais, quando comparado à compra do alimento convencional, não orgânico. Esse fato é percebido, pois o maior interesse dessa inserção é observado pela rede de agricultores orgânicos do município. Outra discussão acerca dos aspectos legais trata da obrigatoriedade por lei do município adquirir, pelo menos trinta por cento da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar segundo o Programa Nacional de Aquisição de Alimentação Escolar (PNAE) conforme prevê o artigo 14 da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009<sup>6</sup> e que, segundo a nutricionista responsável pela alimentação nas escolas, tem como meta ampliar a aquisição para 70% em 2015, estabelecida pelo programa nacional. Baseado

---

<sup>5</sup> Órgão oficial de assistência técnica e extensão rural.

<sup>6</sup> Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

nesse fato, o município de Seropédica já adquire o percentual previsto pela lei, embora por meio de uma cooperativa de fora da cidade que negocia com produtores de outras localidades, não incluindo os agricultores locais. A proposta apresentada pela atual gestão do município consistiu em articular negociações entre a cooperativa que já fornece os alimentos – já que a mesma possui o DAP-Jurídico que é um documento necessário para entrar no processo de licitação da aquisição de produtos para a alimentação escolar – e os agricultores do município.

Por outro lado, alguns produtores mostraram desinteresse em “negociar” com a cooperativa visto que já possuem o DAP-Individual e que poderiam fornecer diretamente à Secretaria de Educação, tornando desnecessária a intermediação da cooperativa que venceu a licitação. Segundo um dos produtores – da Associação SerOrgânico – presente pela primeira vez na reunião do CONSEA que ocorreu no mês de outubro de 2014, uma das maiores falhas desse processo licitatório é a pouca divulgação das chamadas públicas entre os agricultores que dispõem dos documentos necessários para a comercialização (DAP). O mesmo acrescenta ainda que, por lei, não há a necessidade do produtor participar do processo licitatório para o fornecimento da alimentação escolar advinda da agricultura familiar. O agricultor expôs que a venda é realizada diretamente com a prefeitura segundo experiência adquirida com a cidade de Pinheiral-RJ onde atua como articulador desse processo enquanto consultor *ad-hoc*. O mesmo conclui a sua fala expondo que a Emater-Rio deveria ser o principal órgão articulador deste processo. Para o estabelecimento dessa institucionalização, foi criada uma comissão entre os atores envolvidos que buscará discutir a consolidação dessa dinâmica organizacional (Abramovay, 2010) acerca da inclusão dos agricultores do município no processo de aquisição de produtos orgânicos, nutritivos e de qualidade para a alimentação escolar.

Outra articulação desempenhada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar, trata do fornecimento de alimentos para o restaurante universitário da UFRRJ – “bandejão” universitário – que seria uma forma de incluir os produtores locais para as demandas de alimentação dos alunos da universidade. Essa articulação depende de acertos entre a Pro-Reitoria de Graduação da UFRRJ e os produtores acerca do processo licitatório e de ajustes do cardápio.

A questão da infraestrutura permeou outras discussões que vem sendo apresentadas pela prefeitura acerca da aquisição de dois novos tratores e o reparo do trator existente – adquiridos anteriormente com os recursos do PRONAF – que serão disponibilizados para o uso das famílias em sistema de rodízio. Outra iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio da cidade é a aquisição de vinte barracas de feira e a

utilização de um caminhão obtido com os recursos advindos do **Território da Baía da Ilha Grande**<sup>7</sup>, com o objetivo de oportunizar a criação de uma feira de rua itinerante que levará os produtos aos diferentes pontos da cidade com a logística apropriada para atender as demandas dos agricultores, enquanto consórcio intermunicipal como elemento básico das iniciativas de desenvolvimento econômico local. Com essas ações reforça a idéia de que “se é verdade que os territórios podem ser estudados a partir dos laços sociais entre os seus atores, então é fundamental que se compreenda teoricamente a natureza desses laços, ou seja, o processo de cooperação em torno dos quais se constroem esses territórios”. Abramovay (2010, p.39) Nesse sentido, faz-se necessário reconhecer os **mercados enquanto campos** que, na visão de Pierre Bourdieu, devem ser percebidos como estruturas sociais, capazes de oferecer interações e referências cognitivas que estabelecem as ações de seus participantes Daí a necessidade da criação de mecanismos de cooperação que vão além dos limites estritamente locais e da criação de mercados institucionalizados pelo Estado, sobretudo, nas escalas municipais e regionais.

A criação do Serviço de Inspeção Municipal de produtos de Origem Animal e Vegetal (SIMPOAV) é uma meta da atual gestão que está sendo articulada em sistema de consórcio com outras prefeituras da região – Paracambi, Queimados e Japeri – pois necessitam de um veterinário concursado em regime estatutário em algum desses municípios para a sua efetivação. Essa iniciativa visa fiscalização necessária para a distribuição dos produtos locais em “gôndolas” específicas para os produtos de Seropédica nos supermercados da região, incluindo dessa forma os agricultores do município nesse **campo mercadológico** que ainda não foi explorado pela atividade rural local. A idéia que se apresenta é promover o diálogo entre a prefeitura e os proprietários dos supermercados no sentido de valorizar os produtos locais (Hall, 2006). Essa iniciativa pode ser considerada como um avanço nas questões cooperativas entre municípios quando Abramovay (2001, p. 132) sinaliza a problemática de que o “plano de trabalho de cada município tende a confinar-se a esta esfera restrita cujas possibilidades de oferecer novas chances são extremamente limitadas”.

Um ponto de pauta de uma das reuniões do CONSEA foi o questionamento do presidente do conselho no sentido de saber se há estímulo à produção agroecológica no município. Após esse questionamento, a agricultora que representa a AACSA, expôs que participou desde o início da criação do Plano Diretor da cidade acerca da idéia de utilização das áreas abandonadas do município para a produção agroecológica, onde essas áreas se

---

<sup>7</sup>O Território da Baía da Ilha Grande pertence ao Programa Territórios da Cidadania do MDA que inclui cinco municípios do Sul Fluminense: Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí e Seropédica.

tornariam sítios para produções nessa modalidade, mas que o projeto nunca foi à frente por questões políticas, pois acrescenta que “*o incentivo foi para trazer as indústrias para a cidade*”. Por outro lado, o representante da SEMAMA expôs que não há município com mais avanço em agroecologia do que Seropédica devido à existência da Fazendinha Agroecológica do Km47<sup>8</sup>. Entretanto o mesmo considera que ainda haja dificuldades nas articulações com os agricultores locais acerca de parcerias em ações conjuntas.

O *Projeto Horta Medicinal* enquanto programa de extensão da UFRRJ em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz pretende criar uma rede de agricultores para a produção de plantas medicinais a serem distribuídas nos postos de saúde do SUS no sentido de estimular a divulgação de terapias alternativas. A participação da pesquisadora representante do projeto na quinta reunião do CMDRS ocorreu no sentido de buscar parcerias e contatos com os produtores e instituições interessadas em participar do projeto, fortalecendo a produção agroecológica dos agricultores locais e valorizando o seu saber-fazer nas suas práticas agrícolas e, mais ainda, ampliando o campo mercadológico para essas famílias.

A criação do *Posto Agropecuário* foi uma iniciativa do poder local que tem como objetivo facilitar algumas ações como: a retirada do GTA (Guia de Transito Animal), a realização o cadastro de rebanho, a retirada do cadastro de propriedade, a distribuição das vacinas, a emissão do Atestado de Sanidade Animal, etc., o que torna desnecessário o deslocamento do produtor ao posto localizado no bairro Irajá na cidade do Rio de Janeiro.

O CAR (Cadastro Ambiental Rural) está sendo realizado nas propriedades município em parceria com o INEA (Instituto Estadual do Ambiente) para que haja a legalização das escrituras em cartório. A FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro) realizou o cadastro das propriedades que realizam a piscicultura. A representante da FIPERJ presente na quinta reunião anual do CMDRS salienta que, segundo o cadastro realizado, as propriedades de Seropédica produzem baixo impacto com a produção de peixes e rãs e, principalmente, os agricultores que armazenam água para a irrigação de plantações e criação de animais.

Por fim, está sendo divulgada e discutida em ambos os conselhos a implantação o projeto “*a participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável*” que está sendo desenvolvido pelos autores desse artigo e membros do Laboratório de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial

---

<sup>8</sup> O Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), implantado em 1999, mais conhecido como Fazendinha Agroecológica Km 47, é uma iniciativa conjunta da Embrapa Agrobiologia, Pesagro-Rio e da UFRRJ.

e Políticas Públicas da UFRRJ. Fomenta-se com esse projeto a busca de parcerias e ações conjuntas com os produtores locais e instituições interessadas no fortalecimento e no resgate da multifuncionalidade exercida pela agricultura familiar na cidade.

Tabela 2 - Quadro resumitivo de ações e articulações nos conselhos municipais de Seropédica

<b>AÇÕES E ARTICULAÇÕES NOS CONSELHOS MUNICIPAIS</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS</b>
Inclusão das famílias de agricultores da cidade no programa de alimentação escolar	CONSEA, SMECE, lideranças das redes de agricultores
Fornecimento de alimentos para o restaurante universitário da UFRRJ	CONSEA, Pro-reitoria de Graduação da UFRRJ
Infraestrutura: aquisição de tratores e barracas para a feira itinerante	SEMAMA, redes de agricultores, cidades do Território da Baía da Ilha Grande
Criação do Serviço de Inspeção Municipal de produtos de Origem Animal e Vegetal (SIMPOAV)	SEMAMA, cidades vizinhas, supermercados locais
Projeto Horta Medicinal	UFRRJ, Fiocruz e agricultores
Criação do Posto Agropecuário	SEMAMA
CAR (Cadastro Ambiental Rural)	INEA, SEMAMA, agricultores
Cadastro de propriedades que praticam a piscicultura	FIPERJ, SEMAMA
Projeto “a participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável”	UFRRJ, SEMAMA e agricultores locais

Fonte: Tabela produzida pelos autores.

### Considerações finais

É notória a atual atração dos megaempreendimentos industriais, logísticos e comerciais em escala global que vem contribuindo para o crescimento econômico da cidade de Seropédica. Entretanto questiona-se: seria possível a inclusão da agricultura familiar em um processo de desenvolvimento e resgate do território que contemple o pequeno agricultor, que preserve a sua identidade e que garanta a segurança alimentar na região?

Mesmo considerando que esse trabalho não esgota a compreensão dos fenômenos que promovem os atuais impactos socioeconômicos no município de Seropédica e região no notável processo de desterritorialização, podem-se perceber fortes inclinações, por um lado, de *desistência* e, por outro, de *resistência* da atividade rural pelas famílias de agricultores. As redes que compõem o movimento de resistência apoiam-se na busca por uma racionalidade substantiva com base nos princípios da agroecologia, o que pode promover a ação comunicativa com o poder público local tornando os agricultores os protagonistas na participação nas discussões das políticas públicas nos conselhos municipais.

Mesmo com o fraco tecido social e as poucas articulações promovidas pela participação dos atores sociais nos conselhos municipais, esse movimento deve ser percebido como o início da formação de um *campo de poder*, com base na noção de campos, de Pierre Bourdieu. A inovação organizacional proposta por essa tecnologia social pode contribuir para impulsionar o aspecto socioeconômico e político das famílias enquanto “meio” para que haja a continuidade da atividade, de forma que os “fins” sejam o fortalecimento, a preservação e o resgate da identidade e da cultura rural da cidade, por meio da inclusão dos diversos atores nas agendas das políticas locais, estimulando, promovendo e valorizando a multifuncionalidade desempenhada pela agricultura familiar na região.

### Referências

ABRAMOVAY, R. 2001. Conselhos além dos limites. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, nº 43, set/dez.

\_\_\_\_\_. 2007. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (org.). *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Alínea editora. Campinas.

\_\_\_\_\_. 2010. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P.F. et al (Org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: Aped/Secco.

ASSIS, R. L. 2006. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Econ. Apl.* Vol. 10. Ribeirão Preto. Jan./Mar.

BONNAL, P. & MALUF, R. S. 2007. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: E.N. LIMA, N.G. DELGADO e R.J. MOREIRA (orgs.), *Mundo Rural IV – configurações rural-urbanas: poderes e políticas*, R. Janeiro, EDUR/Mauad,

COSTA, L. F. C. & MARINHO, R. J. A. 2008. A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: COSTA, L. F; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR.

FEIDEN, A. 2005. Agroecologia : Introdução e Conceitos. In *Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. AQUINO, A; ASSIS, R. L.. (ed. téc.) 1ª edição. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica,

FLEURY, S. & OUVÉNEY, A. L. M. 2007. *Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da Política de Saúde*. Rio de Janeiro: FGV.

FREIRE, P. 1987. *Pedagogia do oprimido*. Ed. Paz e Terra, 17ª edição.

GUERREIRO RAMOS, A. 1981. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV.

HAESBAERT, R. 2012. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

HABERMAS, J. 1987. *Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de La acción y racionalización social*. Madri: Taurus.

HALL, S. 2006. *Identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Ed.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. 2001. *Censo demográfico 2010 – resultados do universo*. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. 2007. *Censo Agropecuário 2006 – resultados do universo*. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. 2011. *Censo demográfico 2010 – resultados do universo*. Rio de Janeiro, IBGE.

LTEIF, A. P. A. S. A., AMODEO, N. B. P., DIAS, M. M. & NETO, J. A. F. 2011. A Construção Social da Agroecologia no Assentamento Tapera, em Riacho Dos Machados, MG. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 367-394, jan./abr.

MOREIRA, R. J. 2003. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, número 20.

PERICO, R. E. 2009. *Identidade e território no Brasil*. IICA, Brasília,

TENÓRIO, Fernando G. (Org). 2007. *Cidadania e Desenvolvimento Local*. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí,

\_\_\_\_\_. (Org.) 2012. *Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise*. Rio de Janeiro. Ed. FGV.

VILLELA, L. E. Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí – RJ. *Cad. EBAPE.BR* vol.9 no.3 Rio de Janeiro/setembro de 2011. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000300009>. [Acessado em 08/10/2014].

VILLELA, L. E., PINTO M.C. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. *RAP* — Rio de Janeiro 43(5):1067-1089, Set./out. 2009.